



## **Análise Atendimento Educacional Especializado na Fundação Nossa Senhora da Paz em Teresina-PI**

**Elizangela de Macêdo Brito<sup>1</sup>, Jéssika Kaline Lopes Moura<sup>2</sup>, Cleane da Costa Paz,<sup>2</sup>  
Dannusa Mannuele Cavalcante da Silva,<sup>2</sup> Emanuely Elanny Andrade Pinheiro,<sup>2</sup> Érica Ramos do Nascimento<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Graduanda Licenciatura Plena em Química – IFPI. Bolsista do PIBID. e-mail: ebrito.lbv@hotmail.com

<sup>2</sup>Graduandas Licenciatura Plena em Química – IFPI. Bolsista PIBIC. e-mail: jessika.kaline@hotmail.com, kleanepaz@hotmail.com, dannusamannuele@hotmail.com, manu\_ellane@hotmail.com, ericamosdonascimento@gmail.com

**Resumo:** O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados institucionalmente, e é ofertado em sala de recursos multifuncionais de forma não substitutiva à escolarização. Sendo uma de suas funções, disponibilizar serviços pedagógicos para atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos matriculados no ensino regular. Este estudo visa analisar o AEE ofertado em Escola no município de Teresina-PI. Tendo como questão norteadora a percepção acerca da importância da organização do espaço físico e da preparação da equipe docente que estará a frente desse atendimento. O objetivo da pesquisa é elucidar o AEE através das salas de recursos no processo de inclusão, visando uma análise reflexiva por parte de todos os envolvidos. É uma pesquisa qualitativa, que foi realizada a partir de entrevista fonográfica com a professora responsável por essa modalidade de ensino na Fundação Nossa Senhora da Paz. Os resultados observados mostram que a estrutura física e disponibilidade de multimeios, além da preparação do docente deixam lacunas, apesar dos esforços pessoais da regente. Como conclusões pôde-se notar que o processo de inclusão ainda caminha lentamente, no município de no Brasil de um modo geral, pois mantém suas raízes na abordagem integrativa, uma vez que ainda restringe seu atendimento educacional especializado aos alunos com necessidade educacionais especiais.

**Palavras-chave:** atendimento educacional especializado, inclusão, multimeios

### **1. INTRODUÇÃO**

No Brasil, foi de grande importância para o desenvolvimento da Educação Especial a fundação, em 1954, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Rio de Janeiro. Na década de 80 a Federação Nacional das APAEs já congregava mais de duzentas entidades espalhadas pelo Brasil

O conceito de inclusão escolar teve sua origem na ideia de integração das pessoas com deficiências (visuais, auditivas, mentais e físicas) aos sistemas regulares de ensino, ou seja, proporcionar a estas pessoas acesso às classes comuns das escolas regulares e oportunidades de educação nestes espaços. (Masini, 2003) expressa:

“O movimento de inclusão no Brasil surgiu de diversas influências: da luta europeia de oposição à exclusão da pessoa deficiente mental do convívio social, que deu origem à Liga Internacional pela inclusão; da Conferência Internacional realizada na Salamanca em 1994, sobre a “educação para todos”...; da proposta integracionista dos Estados Unidos da América, já na década de 1950, quando, experimentalmente, em São Paulo, no Instituto de Educação Caetano de Campos, teve início a primeira sala de recursos para deficientes visuais estudarem em classes comuns” (p. 03)

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação



dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela

Para o atendimento às necessidades específicas relacionadas às altas habilidades/superdotação são desenvolvidas atividades de enriquecimento curricular nas escolas de ensino regular em articulação com as instituições de educação superior, profissional e tecnológica, de pesquisa, de artes, de esportes, entre outros.

Nos casos de escolarização em classe hospitalar ou em ambiente domiciliar, o AEE é ofertado aos alunos público-alvo da educação especial, de forma complementar ou suplementar. O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, chama-se sala de recursos porque nela se concentram materiais didáticos, equipamentos, e profissionais aptos a atender com flexibilidade os diversos tipos de deficiências, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação.

Considera-se público-alvo do AEE:

Alunos com deficiência de natureza física, intelectual ou mental de longo prazo.

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criativas.

### **1.1 Principais Ideias**

- ✓ Entender o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- ✓ Conhecer a estrutura de uma sala de recursos;
- ✓ Saber do planejamento pedagógico do atendimento ao aluno;
- ✓ Preparação do docente responsável pelo AEE;
- ✓ Resultados obtidos com a inclusão no ensino regular do aluno portador de necessidades específicas;
- ✓ Como se dá a avaliação desse aluno no AEE.

### **1.2 Problemática**

O A.E.E., a sala de recursos e os obstáculos para a sua eficácia no que se refere ao desempenho do aluno com necessidades especiais incluído no sistema de ensino regular.

### **1.3 Objetivo**

Elucidar o AEE através da sala de recursos no processo de inclusão do aluno especial.

### **1.4 Metodologia**

Tipo de Pesquisa: É um estudo de caso avaliativo, onde envolvem a descrição e a interpretação dos dados, tendo como objetivo principal usá-los para avaliar o mérito do AEE.



Nossa luta pela inclusão tem uma dimensão ética crítica e transformadora. A posição é oposta à anterior, por considerar que as identidades são móveis e que as diferenças diferem infinitamente (MANTOAN, 2007).

Vivemos um tempo de crise global, em que os velhos paradigmas da modernidade são contestados e em que o conhecimento, matéria prima da educação, passa por uma reinterpretação. Os ambientes educacionais inclusivos refletem esse cenário de contestação e exigem que se retracem os seus contornos, para que se alinhem às inovações e mudanças propostas por estes novos tempos (MANTOAN, 2008).

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas e de gênero são cada vez mais desveladas e destacadas, sendo elas condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos. O modelo educacional mostra sinais de esgotamento e, no vazio de suas idéias, surge o momento oportuno das transformações. Segundo Mazzotta (2003),

[...] a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é uma atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. (p. 15).

A reviravolta da inclusão implica, em caráter institucional, a extinção das categorizações e das oposições excludentes (iguais / diferentes); e, no pessoal, a busca da articulação, flexibilidade, interdependência entre as partes que se conflitam nos nossos pensamentos, ações e sentimentos.

O essencialismo e toda a generalização, que vêm da compreensão de que as identidades são fixas, definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta respeitá-las, não cabem nos quadros inclusivos de revisão dos nossos atuais propósitos educacionais. Nossa luta pela inclusão tem uma dimensão ética crítica e transformadora. A posição é oposta à anterior, por considerar que as identidades são móveis e que as diferenças diferem infinitamente (MANTOAN, 2007).

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

Aqui será esplanada de maneira mais detalhada todas as etapas que compõem a pesquisa, que seria um estudo de caso para analisarmos a situação da educação especial na rede regular de ensino. A instituição visitada foi a Escola Núcleo Nossa Senhora da Paz, localizada na Rua: Tenente Brito Freire, s/nº, Bairro Vila da Paz na cidade de Teresina. A escola possui excelente acesso. Abaixo dispõe-se de maneira fragmentada todos os aspectos analisados nessa pesquisa para posteriormente concluir de maneira sensata a realidade da educação especial brasileira, especificamente teresinense.

### **2.1 Estrutura física**

A sala AEE possui um ambiente bastante agradável para seus alunos, apesar de uma sala pequena, quadros coloridos, cartazes, calendário com as datas de aniversário de todos com as respectivas fotos dos alunos, brinquedos, jogos integrativos e o kit da sala de recursos enviado pelo MEC que contém um computador, uma impressora, uma televisão de 32 polegadas. A sala também possui um rádio e um DVD com karaokê, porém esses foram adquiridos com recursos da própria educadora.

### **2.2 Objetivo da equipe de educação especial**

A Secretaria Municipal de Educação de Teresina (SEMEC)/Equipe de Educação Especial apresenta sua proposta visando cumprir com a Constituição Federal de 1988, vigente em nosso país, voltada para ação educacional de todas as crianças, jovens e adultos, bem como com a Declaração de



Salamanca (1994) e a Convenção de Guatemala (2001) que ressaltam a necessidade das escolas se estruturarem para acompanhar todo e qualquer educando, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e outras. Com a intenção da efetivação de políticas públicas educacionais no Município de Teresina, entende-se o processo de inclusão como a ressignificação da ação educativa como uma proposta que pretende inovar práticas e redimensionar valores inerentes à escola pública tradicional. Para tal, a SEMEC capacitou 10 professoras no curso do Atendimento Educacional Especializado, neste curso foram oferecidas 20 vagas e os profissionais interessados fariam o curso no compromisso que ao término assumirem as turmas de AEE. recursos próprios da facilitadora regente.

A professora regente da turma possui curso superior em Pedagogia e especialização em libras, bem como deixa claro que sempre está se capacitando, adquirindo livros e diversos materiais para poder entender e ajudar no desenvolvimento de seus alunos.

A professora trabalha sozinha, o trabalho é bastante árduo, pois ela é deficiente física, muitas vezes ela precisa lidar com seus alunos em situações que requerem força física e determinadas habilidades que nela são limitadas, esta relatou que por várias vezes já foi mordida e até derrubada por alunos.

Segundo a professora é difícil principalmente no início do ano letivo, dependendo muito da dedicação do professor em estudar cada caso, cada deficiência, aprofundando e aprimorando seus conhecimentos para melhor preparar as atividades para que sejam eficazes no desenvolvimento do educando.

### **2.3 Alunado e atendimento**

A instituição atende estudantes das escolas Alcides Lebre, Cristino Evangelista, Monsenhor Matheus Rufino, Creche Nossa Senhora da Paz, Miriam Furtado, e os alunos matriculados em seu ensino regular, com as mais diversas deficiências, físicas, mentais, etc., desde que estes estejam devidamente matriculados na rede regular de ensino, atendendo em 4 turmas (7h e 20min às 9h / 9h e 20min às 11h / 13h e 20min às 15h / 15h às 17h e 20min), sendo que no intervalo entre a saída de uma turma e a entrada de outra turma a regente possui 20 minutos para execução da avaliação de cada aluno, pois a avaliação é diária. As turmas possuem crianças do pré-escolar ao ensino fundamental menor, bem como alunos do ensino fundamental maior e educação de Jovens e Adultos – EJA, a faixa etária das mesmas é entre 4 anos a 28 anos.

A sala de recursos conta com 21 alunos nos dois turnos de funcionamento, entre as deficiências estão autismo, síndrome de down, paralisia cerebral, múltiplas deficiências (física e mental), a sala não possui deficientes visuais e auditivos, mas, segundo a regente se vierem para atendimento deficiências diferentes das que ela possui em sua sala, a mesma aceita desde que esteja matriculado na rede regular de ensino.

### **2.4 O planejamento**

No início do ano letivo a professora após receber a listagem dos alunos convocou individualmente os responsáveis para definição do horário e uma entrevista, onde registrava algumas ocorrências da vida da criança com relação a seu desenvolvimento motor, psíquico, social, afetivo e educacional. Essa informação era posteriormente utilizada para um melhor planejamento das atividades. Além dessa conversa com o responsável a professora teve acesso ao laudo médico atestando a deficiência de cada um de seus alunos, pois, como a mesma expressou claramente que o papel do professor no AEE não é diagnosticar a deficiência do seu aluno, mas sim proporcionar a ele um atendimento de qualidade focado em suas necessidades visando o desenvolvimento deste e consequentemente sua inclusão.



## **2.5 A avaliação**

A avaliação dos alunos da sala de recursos era realizada diariamente, levando em consideração seu desempenho em cada atividade proposta, essa avaliação era realizada através de caderno individual de registros e do relatório descritivo bimestral.

## **2.6 A participação dos pais**

A regente declara que a participação dos pais é de extrema importância para todo o processo de AEE, e felizmente isso ocorre, existem dois alunos na classe que só assistem às aulas com as suas respectivas mães, um deles é autista e a outra tem síndrome de down.

## **2.7 O preconceito**

A professora do AEE faz visitas periódicas as classes de ensino regular e, apesar de não ter nenhum contato com o professor que atende esses alunos no ensino regular, ela busca informações a respeito da receptividade de outros colegas e o desenvolvimento do aluno especial na sala de aula.

Esse contato é exigido pela LDB, mas a regente informa que além dos seus alunos serem colocados em segundo ou terceiro plano pelo próprio professor, ela também é acometida pelo preconceito por ser deficiente física.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao se fazer uma análise crítica da verdadeira situação da educação especial em Teresina, nota-se que não é muito diferente do se imagina, a educação especial local é tão fragilizada quanto a educação em nível de País. Esse fato nos remete a fazer uma pergunta que nos é rotineira: “Quem são os responsáveis por tal condição inadequada?”, essa responsabilidade é coletiva, pois não há estímulos por parte do setor político, os profissionais formados não são devidamente preparados e qualificados para o atendimento educacional especializado.

A maneira de enxergar a profissão de educador é um dos principais motivos para essa desmotivação em querer ensinar com amor, percebendo a grandeza desse ato, o quão importante é essa profissão para a formação dos indivíduos. Se nós, os licenciados, tivéssemos essa visão e a encarássemos com dignidade e respeito, recebendo o apoio de cunho político, seria um grande avanço para mudar a nossa educação e a realidade do nosso país, por que um país desenvolvido é um país onde a sua educação é de qualidade.

## **6. CONCLUSÕES**

O despreparo e o medo do desconhecido ainda pairam sobre as salas de aula frente à inclusão. Incluir um aluno na escola regular vai muito além de permitir a frequência e participação do mesmo nas aulas sem dá-lo condições para aprender. A inclusão requer participação ativa no processo de ensino e aprendizagem, socialização e vivência. Para que isto ocorra de forma efetiva é necessário que a escola se organize funcionalmente e estruturalmente para receber este aluno e incluí-lo. A inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes à diferença de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento dos mesmos como prioritário e indispensável para uma evolução significativa no processo ensino-aprendizagem. Faz-se necessário a realização e efetivação de políticas públicas e uma melhor qualificação dos profissionais da educação ligados direta e indiretamente à inclusão.

## **REFERÊNCIAS**



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023** : Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

\_\_\_\_\_. **NBR10520**: Informação e documentação: Citações em documentos: Apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que é? Porque? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, CARDOSO, R.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

SKLIAR, C.A. **Inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”**. In: **ROGRIGUES, D. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.